

Relatório ratifica compromisso do Banco Central com mitigação de riscos advindos de mudanças climáticas. Mercado segurador é ferramenta importante nesse processo

Os riscos ambiental, social e climático podem afetar a política monetária e o próprio equilíbrio do sistema financeiro do País. É o que observa um Relatório de Riscos e Oportunidades do Banco Central do Brasil sobre esses quesitos, que ratifica o compromisso da instituição em mitigar riscos decorrentes de mudanças ambientais e climáticas e de disparidades da afluência social.

Na última década, o BC deu um passo à frente ao emitir normativos com o intuito de iniciar a integração de fatores sociais e ambientais na análise de riscos das instituições financeiras (IFs). Mas, como preconiza o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, no prefácio da publicação, o trabalho de estabelecer regras prudenciais e indutoras de boas (e necessárias) práticas está apenas começando. “Serão necessárias adaptações nas mais diversas atividades econômicas. Essa etapa de transição não acontece da noite para o dia”, pondera ele.

Para o BC, esse momento de atenção aos riscos também revela oportunidades importantes para o Brasil. “Temos biomas vastos e riquíssimos em biodiversidade animal e vegetal, além de alta tecnologia para manejo da agricultura e da pecuária. Com o apoio de um sistema financeiro avançado e capaz de prover recursos para esses setores com rapidez e eficiência, a transição para uma economia de baixo carbono pode, sem dúvida, ser benéfica para o desenvolvimento do País”, afirma o documento.

O relatório do BC destaca ainda a escassez hídrica que tem afetado a matriz energética do País, gerando aumento do custo da energia e impactos na inflação, e as quebras de safra decorrentes da seca, com impactos expressivos nos reembolsos via Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), além de danos aos não segurados. Os exemplos mostram os impactos econômico-financeiros associados a fatores ambientais e desafios climáticos, relacionados com a missão do BC.

CARTEIRAS DE CRÉDITO

O BC publicou, em novembro do ano passado, o Relatório de Estabilidade Financeira (REF), com os resultados do primeiro exercício de avaliação da sensibilidade das carteiras de crédito das instituições financeiras ao risco físico, sob cenários atual e futuro de ocorrência de secas extremas. Para isso, usou projeções feitas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em conjunto com dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR).

“O BC tem acompanhado de perto a rápida evolução da agenda ambiental e climática em todo o mundo e, há cerca de dois anos, lançou a Dimensão Sustentabilidade da Agenda Estratégica do BC, conhecida como Agenda BC#. Isso reforça o compromisso da instituição com o tema ao destacar a relevância dessas questões para suas operações e estratégias”, declara a assessoria de imprensa do órgão.

Uma das principais ações do banco é incentivar as instituições financeiras a adotar critérios ambientais, sociais e climáticos em suas atividades de empréstimo e investimento. Isso inclui a incorporação desses critérios nas práticas de gestão de risco e a melhoria na divulgação de informações ESG.

Desde 2017, bancos centrais de todo o mundo têm se reunido em torno de uma rede formal, a Network for Greening the Financial System (NGFS), acelerando importante troca de experiências, recomendações e melhores práticas. Há um grande esforço coordenado e global para identificação e quantificação dos riscos e das oportunidades que permitam ações efetivas para reduzir as desigualdades e alcançar uma relação mais equilibrada da atividade econômica com a natureza. Embora não haja ainda a consolidação de um padrão para as métricas, forma-se, aos poucos, um corpo de conhecimento que ajuda a avançar.

MITIGAR RISCOS

O mercado segurador, assim como as instituições financeiras, é um grande indutor de práticas socioambientais responsáveis para os demais mercados. A partir da inclusão das questões de sustentabilidade em seu modelo de negócios, as seguradoras influenciam toda sua cadeia de valor, ao exigir compromissos de seus segurados como condição para a contratação de apólices, como a de danos ambientais.

O BC e a Susep têm papéis importantes na promoção de uma economia mais sustentável e na proteção do meio ambiente. Os órgãos podem trabalhar de forma coordenada no âmbito do Coremec para alcançar esses objetivos, como, por exemplo, ao compartilhar desafios e soluções na gestão dos riscos sociais, ambientais e climáticos, discutir medidas de regulação e divulgar informações socioambientais. A promoção da educação financeira e ambiental para o público em geral também contribui para estimular uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade ambiental.

Para o setor de seguros, questões ambientais e mudanças climáticas têm grande impacto, já que esses eventos climáticos extremos ampliam, cada vez mais, as perdas seguradas de vários ramos e modalidades de seguros, dos patrimoniais ao de saúde e vida, tendo em vista a incidência de doenças crônicas relacionadas a poluentes e alterações de padrões climáticos.

Os recentes anúncios da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, sobre a criação de secretarias e instâncias ligadas à agenda climática e a questões ambientais, reforçaram o compromisso do atual governo com a agenda de sustentabilidade. O combate ao desmatamento, o fomento à bioeconomia e o incentivo às finanças sustentáveis estão entre as principais estratégias para promover um modelo econômico que concilie a preservação ambiental com a geração de renda.

“Uma parcela significativa do setor privado está inclinada a participar de atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável do País. Entre as empresas desse grupo, as seguradoras podem contribuir positivamente para fomentar a adaptação climática e uma economia de baixo carbono”, afirma Luciana Dall’Agnol, superintendente de Relações de Consumo e Sustentabilidade da CNseg.

“De maneira geral, a gestão adequada dos riscos ambientais e climáticos pode aprimorar o resultado das seguradoras via atenuação dos impactos da sinistralidade, de eventuais judicializações e via oferta de novos produtos e serviços. Além dos impactos operacionais, há ainda impactos na imagem reputacional das companhias”, acrescenta Pedro Werneck, analista da CNseg.

SEGUROS PODEM ATUAR PARA FORTALECER ALGUMAS AGENDAS LIGADAS AO CLIMA



“Desmatamento zero”

Imposição de restrições de negócios para empresas ligadas ao desmatamento.

As “mudanças no uso da terra” são responsáveis por cerca de 50% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no País. “Ao investigar o histórico do cliente com atividades relacionadas ao desmatamento ou à exploração não sustentável de recursos naturais, a seguradora pode definir critérios que envolvam restrições ou limites para realização de negócios.



“Bioeconomia”

Novos processos envolvem novos riscos que demandam proteção securitária.

A bioeconomia é a ciência que estuda os sistemas biológicos e os recursos naturais aliados à utilização de novas tecnologias com propósito de criar produtos e serviços mais sustentáveis. O apoio das seguradoras pode se dar por meio da criação de novos produtos e serviços que levem em conta processos mais sofisticados e sustentáveis.



“Finanças Sustentáveis”

Investimentos em títulos verdes, sociais e SLBs (Sustainable Linked Bonds).

O mercado de finanças sustentáveis no Brasil tem sido alvo de importantes políticas públicas nos últimos meses. Desde o final de 2022, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) vem publicando gradualmente normativos que visam aumentar o fluxo de investimentos categorizados como socioambientais responsáveis. O setor de seguros pode ser investidor ou emissor de títulos ligados à agenda ASG, incrementando o avanço de projetos de reflorestamento e de diversificação da matriz energética, por exemplo.

Fonte: CNseg, em 12.05.2023